



Organização
Mundial da Saúde

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA A **África**

AFR/RC68/12
28 Agosto de 2018

COMITÉ REGIONAL PARA A ÁFRICA

ORIGINAL: INGLÊS

Sexagésima oitava sessão
Dacar, República do Senegal, 27 a 31 de Agosto de 2018

Ponto 15 da ordem do dia provisória

**PROJECTO DE ESTRATÉGIA MUNDIAL DA OMS SOBRE A SAÚDE,
O MEIO AMBIENTE E AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

Projecto de estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e as alterações climáticas

A transformação necessária para melhorar de forma sustentável a vida e o bem-estar através de ambientes saudáveis

Antecedentes

1. Na decisão EB142(5) (2018), o Conselho Executivo, na sua 142.^a sessão, solicitou ao Director-Geral, entre outras coisas, que formulasse um projecto de estratégia mundial abrangente sobre a saúde, o meio ambiente e as alterações climáticas, para ser apreciado pela 72.^a Assembleia Mundial da Saúde em Maio de 2019, por intermédio do Conselho Executivo na sua 144.^a sessão, em Janeiro de 2019. Além disso, em conformidade com a decisão WHA65(9) (2012), foi solicitado aos comités regionais que apresentassem suas observações e sugestões sobre este projecto de estratégia.

Âmbito

2. **Este projecto de estratégia visa fornecer uma visão e as perspectivas sobre como o mundo e a comunidade de saúde devem responder aos riscos¹ e desafios ligados à saúde ambiental** até 2030 e garantir ambientes seguros, propícios e equitativos para a saúde, transformando os nossos modos de vida, trabalho, produção, consumo e governação.

O desafio

3. **Os riscos ambientais evitáveis conhecidos causam cerca de um quarto de todas as mortes e da carga de doenças em todo o mundo, num total de 13 milhões de mortes por ano.** É evidente que a integridade do meio ambiente tem uma influência importante sobre a saúde e o desenvolvimento humanos. Por si só, a poluição do ar — um dos maiores riscos para a saúde — causa 7 milhões de mortes evitáveis por ano, com mais de 9 em cada 10 pessoas a respirarem ar poluído e quase 3 mil milhões de pessoas ainda a dependerem de combustíveis poluentes, como os combustíveis sólidos ou o querosene para a iluminação, a preparação de alimentos e o aquecimento. Mais da metade da população mundial ainda está exposta a água, saneamento e higiene geridos de forma inadequada, o que resulta em mais de 800 mil mortes evitáveis por ano. Uma grande parcela dos casos de paludismo e de outras doenças transmitidas por vectores

¹ No âmbito desta estratégia, os riscos ambientais para a saúde são definidos como todos os factores físicos, químicos, biológicos e relacionados com o trabalho externos ao indivíduo, e todos os comportamentos relacionados; porém, exclui os ambientes naturais que, de maneira razoável, não podem ser modificados. Um foco especial recai sobre a parte do ambiente que, de maneira razoável, pode ser modificada.

está intimamente ligada a ambientes aquáticos que são susceptíveis à gestão ambiental. Mais de 1 milhão de trabalhadores morre por ano porque o seu local de trabalho é inseguro e mais de 1 milhão de pessoas morrem devido à exposição a produtos químicos.

4. **As alterações climáticas têm cada vez mais impacto sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, assim como outras alterações ambientais em todo o mundo, como a perda de biodiversidade.** As **alterações** climáticas estão a fazer aumentar a ocorrência de ondas de calor, secas, chuvas extremas, tempestades e ciclones fortes em muitas áreas, e modificando a transmissão de doenças infecciosas, o que resulta em grandes impactos na saúde. O risco para as populações em situações de vulnerabilidade, como as que vivem em pequenas ilhas, é desproporcional. Entre as possíveis consequências mais amplas figuram a escassez de água, a migração forçada e o aumento das tensões políticas dentro e entre os países.
5. **Apesar dos esforços substanciais para reduzir os riscos ambientais para a saúde, os riscos “clássicos” persistem, agravando a equidade em saúde.** Fizeram-se avanços importantes para proteger as pessoas contra os riscos ambientais conhecidos, com o estabelecimento de normas e orientações, a implementação de soluções e a monitorização dos esforços, que constituem a base para a protecção da saúde ambiental e precisam de ser ampliados. No entanto, o desenvolvimento desigual deixou para trás grandes fatias da população mundial, que ainda carecem de acesso a serviços ambientais básicos, como saneamento e energia doméstica limpa. Os efeitos das acções humanas sobre o meio ambiente também são uma questão ética e de direitos humanos, pois serão sentidas pelas gerações futuras e continuarão a afectar desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade em todos os grupos de género, etários, étnicos e socioeconómicos.
6. **Estão a surgir novos problemas ambientais, climáticos e de saúde que exigem identificação e resposta rápidas.** O mundo está a mudar rapidamente, com um ritmo crescente de desenvolvimento tecnológico, uma nova organização do trabalho, o aumento da migração, as alterações climáticas e o aumento da escassez da água. O mundo precisa de ser capaz de identificar e responder a estas mudanças e problemas emergentes de maneira oportuna. Alguns exemplos recentes são a gestão do lixo electrónico, das nanopartículas, dos microplásticos e dos agentes químicos que provocam efeitos de desregulação endócrina.
7. **O mundo está a perder a oportunidade de orientar a transição energética, a urbanização e outras grandes tendências do desenvolvimento de modo a proteger e promover a saúde.** Entre as mudanças em grande escala, destacam-se: o aumento da procura por energia e transporte; a inovação tecnológica, que amplia o leque de opções para satisfazer essa procura; a urbanização, com mais da metade da população mundial a viver nas cidades (essa percentagem aumentará para mais de 70% até 2050); e o aumento da mobilidade de pessoas, bens e serviços. A saúde raramente está no centro das decisões que afectam essas tendências, o que resulta em oportunidades perdidas para proteger e promover a saúde. Ambientes urbanos mal planificados e mal geridos, com sistemas de transporte insustentáveis e falta de acesso a áreas públicas e verdes aumentam a poluição do ar e as “ilhas de calor”, reduzem as oportunidades para actividade física e o acesso a empregos dignos e educação, e têm um impacto negativo na vida das comunidades e na saúde mental das pessoas. Devido à estreita relação entre a poluição do ar e as alterações climáticas, o fracasso no combate à poluição atmosférica e na mitigação das

alterações climáticas resulta numa oportunidade perdida na tentativa de conseguir os “benefícios conexos” económicos, ambientais e em matéria de saúde decorrentes do aumento da eficiência dos sistemas de transporte e energia. São necessárias novas abordagens que levem em consideração as consequências das acções na sua totalidade, assumindo uma perspectiva de longo prazo e de equidade.

8. **A sustentabilidade dos sistemas de saúde é posta em risco se as causas fundamentais das doenças não forem encaradas com seriedade.** Cerca de 10% do produto interno bruto mundial está sendo gasto em saúde, mas menos de 0,5% destina-se à prevenção primária.¹ As taxas recorrentes e elevadas de doenças diarreicas, infecções respiratórias e, em especial, doenças não transmissíveis causadas pelo meio ambiente, exercem grande pressão sobre os serviços de saúde e os orçamentos das famílias nos países. Os recursos financeiros e humanos afectados à promoção da saúde e à prevenção primária continuam a ser inadequados para enfrentar a substancial carga de doenças causada pelos riscos ambientais para a saúde.
9. **As abordagens voltadas para o tratamento de doenças individuais, em vez de se melhorarem os determinantes da saúde, serão insuficientes para fazer face aos desafios actuais da saúde ambiental.** É pouco provável que as abordagens de determinantes isolados resultem em melhorias antecipadas em termos de equidade em saúde e bem-estar, dada a complexa interação de factores aos níveis transfronteiriços, da sociedade e do indivíduo. São necessárias abordagens mais integradas para abordar as causas fundamentais das doenças, que costumam ser definidas por políticas em sectores-chave que não o da saúde. A incapacidade de abordar essas causas fundamentais e a excessiva dependência de medicamentos e insecticidas estão até a levar a problemas crescentes, como a resistência antimicrobiana e aos insecticidas, com implicações possivelmente substanciais para a saúde pública.
10. **As lacunas de conhecimento continuam a impedir a implementação eficiente de estratégias de protecção da saúde, sendo necessária uma comunicação mais eficiente e baseada em evidências.** As evidências sobre certos riscos para a saúde ainda são incompletas ou inexistentes, tais como a radiação ionizante, o lixo electrónico, as nanopartículas e as numerosas substâncias químicas ou suas misturas. É preciso avaliar melhor o impacto sobre a saúde das condições de emprego e dos riscos relacionados ao trabalho, tais como o trabalho sedentário, as longas horas de trabalho e a migração de trabalhadores. Da mesma forma, são necessárias mais evidências sobre soluções e estratégias eficientes e os seus custos financeiros, bem como sobre a sua implementação com eficácia. A comunicação dessas evidências e informações de saúde pública é feita cada vez mais por meio de novas plataformas: é preciso usá-las de modo a aproveitar todo o seu potencial.
11. **Os mecanismos actuais de governação, inclusive ao nível local, não conseguem abordar de maneira eficaz a natureza transversal dos problemas de saúde ambiental.** Como as políticas continuam a ser definidas sem que se leve em consideração os impactos que podem exercer na saúde e nos sistemas de saúde, em parte devido à ausência de mecanismos abrangentes de governação, os seus benefícios globais serão representados de maneira imprecisa.

¹ A prevenção primária visa prevenir doenças ou traumatismo antes que ocorram.

12. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável contempla uma nova abordagem para a saúde, o meio ambiente e a equidade.** Ao interligar a evolução socioeconómica com a protecção do meio ambiente e com a saúde e o bem-estar, a Agenda 2030 oferece apoio geral para agir sobre os determinantes de saúde, à medida que vão sendo definidas políticas pertinentes ou estão sendo feitas escolhas importantes, de forma preventiva e sustentável, ao invés de se lidar repetidamente com impactos adversos e desigualdades. O compromisso de combater o uso excessivo de recursos naturais, a produção de resíduos em grande escala, a influência indevida e os interesses particulares em detrimento dos interesses públicos deve permitir a realização de actividades económicas mais sustentáveis e a criação de bens públicos mundiais para a saúde.
13. **A situação actual e os desafios futuros exigem uma transformação da maneira como gerimos o nosso meio ambiente em relação à saúde e ao bem-estar.** As abordagens actuais já assentaram as bases: no entanto, não foram suficientes para reduzir de forma sustentável e eficiente os riscos ambientais para a saúde e criar ambientes propícios e favoráveis à saúde.

Visão

14. Um mundo em que o desenvolvimento sustentável tenha eliminado quase um quarto da carga de doenças causada por ambientes insalubres por meio da protecção e promoção da saúde, acções preventivas em sectores pertinentes e escolhas de vida saudáveis, e que administre os riscos ambientais para a saúde novos e emergentes. Os sectores-chave incorporam plenamente a saúde ao seu processo de tomada de decisões e maximizam o bem-estar social.

Objectivos estratégicos para a transformação necessária

15. **Para enfrentar os desafios da saúde, meio ambiente e as alterações climáticas, precisaremos repensar a forma como vivemos, trabalhamos, produzimos, consumimos e governamos. A transformação exigirá que passemos a agir sobre os determinantes a montante que influenciam a saúde, o meio ambiente e as alterações climáticas, por meio de uma abordagem integrada e incorporada a todos os sectores, facilitada e apoiada por mecanismos adequados de governação e vontade política de alto nível. O sector da saúde precisa de desempenhar um novo papel para impulsionar essa transformação, usando uma abordagem sustentável e equitativa.**

A. Prevenção primária: ampliar a acção sobre os determinantes da saúde para promover e proteger a saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Acções eficazes e equitativas serão postas em prática visando os factores subjacentes aos riscos ambientais para a saúde.

16. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável apela ao combate aos riscos ambientais na sua origem, ou seja, por meio de uma mudança rumo a acções preventivas primárias e à promoção de escolhas saudáveis. Reduzir os 13 milhões de mortes anuais resultantes dos riscos ambientais exige um aumento eficiente da acção preventiva primária, envolvendo todos os principais partes interessadas, em todos os sectores.

- i) **Envolvimento visando uma expansão maciça da prevenção primária.** O aumento da prevenção primária exige uma transferência substancial dos recursos para se enfrentar, de forma sustentável, os principais riscos para a saúde, com o intuito de criar ambientes seguros e saudáveis e melhorar a vida das pessoas hoje e no futuro.
- ii) **Integração de acções visando a prevenção primária nos programas para as doenças.** É essencial integrar acções preventivas de saúde ambiental como um componente central da cobertura universal de saúde, inclusive por meio de estratégias e programas para doenças específicas (não transmissíveis e transmissíveis) e para os riscos (a resistência antimicrobiana, por exemplo).

B. Acção intersectorial: abordar os determinantes da saúde nas políticas de todos os sectores e assegurar uma transição saudável em sectores determinantes para a saúde, como os da energia e transportes

As políticas em todos os sectores levarão sistematicamente em conta as perspectivas e as evidências em matéria de saúde e obterão os benefícios conexos na saúde decorrentes da protecção do meio ambiente.

17. A responsabilidade e as ferramentas para melhorar muitos dos determinantes ambientais da saúde estão fora do controlo directo dos indivíduos ou do sector de saúde por si só (Figura 1). Estão em curso transições substanciais em grandes sistemas, como os da energia e dos transportes, o que pode resultar em impactos profundos, tanto negativos como positivos, na saúde da população. Portanto, torna-se necessária uma abordagem de saúde pública social e intersectorial, mais ampla e mais holística, e baseada nas populações. Existem exemplos de boas práticas, mas essas abordagens integradas não são aplicadas de maneira universal e raramente são direccionadas para os determinantes ambientais e sociais da saúde a montante.

- i) **Consideração sistemática da saúde na formulação de políticas para ela pertinentes fora do sector da saúde.** As decisões tomadas sobre os factores subjacentes aos riscos para a saúde devem ter como objectivo claro a obtenção e protecção de uma boa saúde e em sectores-chave, como os da energia, transportes, habitação, trabalho, indústria, agricultura, água e saneamento, e planeamento urbano. Essa abordagem de Saúde em Todas as Políticas inclui o envolvimento das comunidades, a cobertura da saúde na regulamentação e salvaguardas ambientais e laborais, e a avaliação do impacto sobre a saúde de projectos e políticas de desenvolvimento que abordem várias questões de saúde ambiental num único ambiente, comunidade ou sistema.
- ii) **Obter os benefícios conexos para a saúde de se optar por políticas mais sustentáveis.** Os danos e os benefícios para a saúde decorrentes das acções nas políticas precisam de ser avaliados por inteiro, juntamente com as implicações financeiras e ambientais. Poderiam ser alcançados benefícios muito maiores para a saúde se se procurasse obter benefícios conexos para a saúde e se a esta fosse levada em consideração desde o início da definição das políticas.



Figura 1. Sectores-chave (lista não exaustiva) pertinentes à saúde, ao meio ambiente e às alterações climáticas

C. Reforço do sector da saúde: reforçar as funções de liderança, governação e coordenação do sector da saúde

O sector da saúde exercerá funções de liderança e coordenação, trabalhando em conjunto com outros sectores pertinentes à saúde, ao meio ambiente e às alterações climáticas para melhorar a vida das pessoas.

18. Mudanças incrementais para lidar com cada risco ambiental não são suficientes. Para abordar a contribuição ambiental para a carga mundial de doenças, que permaneceu praticamente estática durante uma década, o sector da saúde precisa de ser equipado e reforçado para assumir as suas obrigações na criação de um futuro saudável e sustentável. O reforço das capacidades dos ministérios da saúde é essencial para: envolver outros sectores do governo através de liderança, parceria, advocacia e mediação para alcançar melhores resultados de saúde; desenvolver sua capacidade institucional e habilidades para implementar uma abordagem de Saúde em Todas as Políticas; e fornecer evidências sobre os determinantes da saúde e da desigualdade, bem como sobre respostas eficazes. Por sua vez, essa abordagem, evitaria custos económicos actuais ou futuros, permitindo o reinvestimento na saúde e no desenvolvimento sustentável.

- i) **Investir na capacidade do sector da saúde para envolver-se em políticas com outros sectores.** É necessário desenvolver capacidades para participar num diálogo intersectorial e de monitorização dos investimentos e das suas consequências em outras áreas da economia. O aumento da capacidade permite a promoção de medidas mutuamente benéficas que protegem, simultaneamente, a saúde e o meio ambiente. Nos países, os ministérios da saúde — por meio de liderança e governação intersectorial, advocacia baseada em evidências, programas operacionais e vigilância e monitorização — podem impulsionar o progresso na abordagem aos riscos ambientais, sociais e climáticos, com o

intuito de obter benefícios a curto e longo prazo. As capacidades para o envolvimento nas políticas do sector da saúde abrangem competências relacionadas com a implementação da abordagem da Saúde em Todas as Políticas.

- ii) **Intensificar os esforços do sector da saúde para se aproximar de outros sectores com vista à protecção da saúde.** Em virtude do amplo alcance dos problemas e da variedade de participantes envolvidos, é importante que o sector de saúde forneça orientação e estabeleça quadros regulatórios sobre a avaliação dos riscos e dos impactos para a saúde, a implementação de soluções apropriadas e de acompanhamento dos progressos em todos os sectores.
- iii) **Serviços ambientais essenciais nas unidades de saúde e tornar o sector de saúde mais ecológico.** Nos países de baixos e médios rendimentos, é preciso enfrentar o grande défice no que se refere a dotar as unidades de saúde de água, saneamento e higiene geridos de forma segura, bem como de fontes de energia fiáveis, além de garantir sua resiliência a eventos climáticos extremos e a outras situações de emergência. O sector da saúde também precisa de dar o exemplo quando se trata de políticas e serviços de compras, gestão de resíduos e escolhas relacionadas com a energia, de modo a limitar os impactos negativos na saúde, no meio ambiente e nas alterações climáticas.

D. Obter apoio: construir mecanismos de governação e obter apoio político e social

Os mecanismos de governação e apoio político de alto nível possibilitarão o trabalho entre sectores e manterão os bens públicos destinados à saúde.

As exigências dos cidadãos por ambientes mais saudáveis irão definir as escolhas em matéria de políticas.

Os acordos multilaterais e outros acordos de alto nível ocupar-se-ão das principais forças motrizes e ameaças mundiais.

19. Actualmente, os sectores são impulsionados principalmente por metas sectoriais específicas. Existem poucos incentivos para avaliar os custos e os benefícios além de cada sector, como os impactos na saúde, no sistema de saúde e, por extensão, na sociedade. Os mecanismos de governação, os acordos e a necessidade política precisam de ter como base abordagens mais holísticas que evitem silos. Isto levaria à escolha de políticas baseadas nos seus impactos globais sobre a sociedade, inclusive os impactos relacionados com a saúde.

- i) **Reforço dos mecanismos de governação de modo a permitir acções sustentáveis para proteger a saúde.** São necessários mecanismos de governação eficientes e abrangentes para facilitar o trabalho intersectorial e levar em conta os custos e benefícios de forma abrangente. São necessárias abordagens mais holísticas e a protecção dos bens públicos destinados à saúde, em coordenação com o sector da saúde. Como os retornos das acções para a saúde ambiental raramente estão alinhados com os calendários políticos, é importante que esses mecanismos possam conciliar a acção ambiental com os benefícios conexos e retornos a longo prazo relativos à saúde. Tais mecanismos têm uma sustentabilidade maior do que os cuidados de saúde repetidos.

- ii) **Aumentar a procura pela saúde e a respectiva liderança.** São necessários o amplo envolvimento e a acção das partes interessadas intersectoriais, do sector de saúde e da comunidade para implementar políticas de apoio à saúde, bem como a concepção e a gestão saudáveis. Os impactos sobre a saúde decorrentes dos riscos ambientais são substanciais: os sistemas de saúde convencionais por si só não conseguem enfrentá-los de maneira sustentável. A sociedade está cada vez menos preparada para suportar os impactos de saúde totalmente evitáveis. É preciso haver mecanismos institucionais adequados para fornecer uma estrutura e uma plataforma para essa cooperação de forma integrada, com a inclusão da saúde na formulação de políticas intersectoriais em todos os níveis. As abordagens que tenham em conta a Saúde em Todas as Políticas e e de globalidade do governo são úteis nesse processo.
- iii) **Criar movimentos e acordos políticos de alto nível.** Os esforços mundiais a longo prazo para fazer face aos riscos ambientais para a saúde geraram evidências e ferramentas críticas. As evidências sobre as soluções para reduzir drasticamente a carga de doenças nos ambientes inseguros acumularam-se: esses sucessos notáveis revelam que os investimentos geraram grandes retornos. Os recentes fóruns, compromissos (como o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, de 2015) e as alianças de alto nível na esfera política, além da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, provavelmente apoiarão essa mudança.

E. Necessidade de novas evidências: para gerar e fornecer a base de evidências sobre os riscos e as soluções, além de comunicação eficiente com as partes interessadas, para orientar as escolhas e os investimentos

Informações suficientes baseadas em evidências estarão disponíveis em todas as áreas cruciais para apoiar as escolhas das acções para proteger a saúde, com base nos impactos sobre a saúde, implicações económicas das soluções, a sua eficácia e os benefícios conexos.

20. O reforço da acção intersectorial, o apoio de alto nível e o aumento da prevenção primária exigirão uma base sólida e alargada de evidências sobre os impactos na saúde, os custos, a eficácia e os benefícios sociais mais amplos das soluções para reduzir esses impactos, e precisarão de assentar na monitorização e acompanhamento regulares. O reforço e intensificação da advocacia, a comunicação abrangente e a consciencialização por intermédio de redes alargadas e de parceiros acerca dos benefícios conexos para a saúde das acções neste sector, no meio ambiente e nas alterações climáticas são essenciais para desencadear e manter a acção.

- i) **A integração contínua da monitorização ambiental e da vigilância sanitária para avaliar os impactos dos riscos ambientais e dos serviços na saúde.** As tendências mundiais e locais dos impactos continuarão a fornecer evidências sobre como o meio ambiente está a influenciar a saúde e o desenvolvimento humanos e a identificar as áreas em que a acção é mais importante.
- ii) **O desenvolvimento contínuo de orientação com base em evidências para apoiar a acção eficaz aos níveis nacional e subnacional.** O sector da saúde tem a responsabilidade

de informar as autoridades responsáveis pelas políticas sobre os impactos na saúde e a avaliação económica das intervenções, incluídos os instrumentos jurídicos, para combater as causas ambientais fundamentais das doenças. A interacção com os responsáveis pela implementação é necessária para otimizar a implementação subsequente. Por exemplo, será preciso estarem disponíveis ferramentas específicas para as principais partes interessadas, como os presidentes de câmara, para orientar a acção em prol da saúde.

- iii) **Interpretação e comunicação específica de dados e evidências.** As informações de saúde pública baseadas em evidências sobre evidências e tendências, mensagens, iniciativas e campanhas de advocacia terão como objectivo informar as partes interessadas nos diversos níveis, apoiar as decisões sobre políticas e desencadear a acção e o apoio políticos de alto nível.
- iv) **Mecanismos e capacidade para identificar ameaças emergentes para a saúde e dar-lhes resposta.** É preciso formar capacidades e desenvolver mecanismos para lidar com os problemas de saúde ambiental que estão a surgir rapidamente, ligados a novas tecnologias, à organização do trabalho ou a mudanças ambientais a nível mundial. Isso exige análises fidedignas das evidências e a avaliação da eficácia das medidas de controlo para abordar os problemas emergentes, porém incertos, como os relacionados com os microplásticos, os agentes que provocam desregulação endócrina, as nanopartículas e o lixo electrónico.
- v) **Definir a investigação e impulsionar a inovação.** A investigação é a base das mudanças estratégicas que serão necessárias para acelerar a consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável. Para promover a Agenda 2030, devem ser identificadas as necessidades em matéria de investigação e o conhecimento precisa de ser traduzido para preencher lacunas de conhecimento cruciais, através da facilitação coordenada da investigação. Os estudos ligados a políticas em áreas com pertinência para a saúde e em ciência da implementação serão de especial interesse para melhorar a saúde, através de ambientes mais seguros e saudáveis.
- vi) **Elaborar argumentos a favor da afectação de recursos suficientes e influenciar os investimentos.** O aumento da acção destinada à obtenção de ambientes mais seguros em prol da protecção da saúde exige financiamento suficiente e a reorientação dos investimentos. A afectação de recursos deve ser orientada por avaliações baseadas em evidências, sempre que possível, levando em consideração todos os custos e todos os benefícios associados. Todos os custos sociais da inacção no curto e no longo prazo, assim como as implicações das políticas pertinentes à saúde em todos os sectores, devem ser levados em consideração de forma plena e sistemática, de modo a evitar a transferência oculta de custos para o sector da saúde e o enfraquecimento da sustentabilidade ambiental. Nos casos em que ainda não há avaliações disponíveis do impacto económico e sanitário, por exemplo, sobre os agentes de desregulação endócrina, novos processos de trabalho, nanopartículas ou inúmeros produtos químicos, deve ser adoptada uma abordagem cautelosa.

F. Monitorização: para orientar as acções por meio do acompanhamento dos progressos rumo à consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

As acções serão guiadas pelos progressos monitorados na implementação da prevenção primária através de ambientes mais saudáveis e seguros.

21. A monitorização terá como objectivo acompanhar de perto os determinantes da saúde, bem como a sua distribuição entre os grupos populacionais e dentro deles. Assim, informará sobre os progressos realizados para ajustar as políticas, bem como para garantir a justiça ambiental.
- i) **Monitorização dos progressos rumo à consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e de outros indicadores.** Os países, em cooperação com a OMS e outros órgãos pertinentes, quando for o caso, monitorizarão os progressos rumo à consecução dos Objectivos relacionados com a saúde e outros indicadores pertinentes na área de saúde, meio ambiente e alterações climáticas, com o intuito de abordar de forma abrangente as causas ambientais fundamentais das doenças. A desagregação estratégica dos dados assegurará a identificação das desigualdades na saúde e os seus factores. A compilação estratégica de dados sobre os determinantes sociais e ambientais para compreender os factores subjacentes às desigualdades na saúde, contribuirá para a coerência entre as políticas em todos os níveis de governo.
- ii) **Monitorizar a evolução e implementação de estratégias pertinentes no nível dos países.** Os indicadores pertinentes do impacto e dos resultados intermediários precisam de ser monitorizados para medir as mudanças no nível dos países, a fim de avaliar os progressos e orientar as políticas.

Plataformas de implementação

Serão usados pontos de entrada específicos para propiciar uma acção ampliada sobre as causas ambientais fundamentais das doenças usando abordagens integradas.

22. A resposta aos desafios suscitados pela persistência e surgimento de riscos para a saúde vai além do sector formal da saúde. A resposta só pode fazer face à dimensão dos desafios se for dirigida pela comunidade da saúde, trabalhando com outras para implementar políticas multisectoriais promotoras da saúde, em contextos cruciais. Isto precisa ser sustentado pelo apoio público, e por um ambiente de política favorável, informado e acompanhado por meio das melhores evidências disponíveis. Uma variedade de mecanismos e plataformas de implementação é necessária para concretizar essa visão.

Um sector da saúde com mais poder e autonomia

23. O sector formal da saúde representa uma fracção significativa e crescente da economia mundial; é um dos maiores empregadores do mundo, com uma posição única de confiança e integração nas comunidades. Portanto, está numa posição ideal para: implementar intervenções de saúde ambiental ao nível das comunidades (seja directamente ou em parceria

com organizações da sociedade civil); dar o exemplo, ao demonstrar boas práticas de sustentabilidade, reduzir o impacto ambiental da prestação de cuidados de saúde; e actuar como líderes e defensores da saúde e do desenvolvimento sustentável. Isto exigirá: um reequilíbrio das despesas do sector da saúde na direcção da prevenção primária e não do tratamento; um revigoramento mundial e a ampliação da disciplina de agentes de saúde ambiental para se abordar a magnitude e a complexidade dos desafios modernos nessa área; e a liderança do sector da saúde para promover uma visão de saúde com uma perspectiva de longo prazo, baseada nos determinantes da saúde.

Plataformas nacionais e subnacionais mais fortes para a formulação de políticas intersectoriais

24. Um pequeno número de países conta com estruturas institucionais formais que fornecem orientação política directa sobre os desafios da saúde e do meio ambiente, ou que determinam a avaliação intersectorial das implicações para a saúde das decisões tomadas noutros sectores. Essa abordagem de Saúde em Todas as Políticas precisa ter uma cobertura mais ampla, um alcance mais extenso no tratamento das políticas a montante (isto é, avaliações estratégicas) em vez de projectos individuais, e uma influência mais directa em matéria de políticas (por exemplo, um estatuto jurídico ao invés de um papel apenas consultivo). Fóruns regionais de alto nível também têm contribuído bastante para a promoção da agenda da saúde e do meio ambiente.

Principais contextos para servirem de local de intervenções

25. Os contextos-chave infra apresentam oportunidades para abordar os riscos à saúde ambiental e reduzir as desigualdades na saúde, ao mesmo tempo em que se responde à evolução demográfica, social, económica, tecnológica e de estilo de vida.

- **Habitacões.** Garantir que: sejam estruturalmente sólidas; tenham temperaturas internas adequadas; forneçam água potável, saneamento, iluminação e espaço suficiente; estejam equipadas com energia limpa, acessível e fiável para cozinhar, aquecer, iluminar, bem como ventilação; e protejam contra poluentes internos, o risco de traumatismos, bolores e pragas.
- **Escolas.** Garantir um ambiente seguro para a educação; usar as escolas como centros para sensibilizar a respeito das ligações entre a saúde e o meio ambiente e facilitar a inclusão de melhores práticas na comunidade em geral.
- **Locais de trabalho.** Assegurar a cobertura de serviços de saúde ocupacional que abordem toda a gama de riscos físicos, químicos, biológicos, psicossociais e ergonómicos no local de trabalho, contribuam para a prevenção e controlo de factores de risco modificáveis, sobretudo os ligados a doenças não transmissíveis, e estejam adaptados às novas formas de trabalho, migração e organização de locais de trabalho.
- **Unidades de saúde.** Assegurar a prestação de serviços de saúde ambiental essenciais, como o acesso a energia limpa e fiável e a água potável, saneamento e higiene; a resiliência a eventos climáticos extremos e às alterações climáticas; e a protecção dos profissionais de saúde e da comunidade em geral através da segurança química, do controlo de infeções e da gestão de resíduos.

- **Cidades.** Abordar os desafios específicos das cidades como uma concentração da exposição a riscos ambientais, como a poluição do ar do ambiente, o saneamento deficiente, resíduos ou riscos ocupacionais, ao mesmo tempo em que se aproveita a oportunidade apresentada ao se ter uma única autoridade, na forma do presidente de câmara, que tem o poder de tomar decisões intersectoriais, por exemplo, sobre planeamento urbano, abastecimento de energia, água e saneamento, e gestão de resíduos.

26. Esta lista não é exaustiva: outros contextos pertinentes podem ser as áreas de desenvolvimento agrícola, as zonas económicas concentradas, os campos de refugiados, incluindo os abrigos temporários e abrigos para migrantes, os mercados, as aldeias e as pequenas ilhas.

Parcerias para um movimento social a favor de ambientes mais saudáveis

27. Um requisito essencial para a acção é a vontade política. Isso só será possível se houver uma ampla consciencialização da sociedade sobre as ameaças fundamentais para a saúde representadas pelos riscos ambientais e pelas alterações climáticas, e sobre as possíveis soluções. Defensores individuais desta causa, associações profissionais de saúde e organizações da sociedade civil são fundamentais para mobilizar o apoio público para que as escolhas na área do desenvolvimento sejam mais sustentáveis e promovam a saúde.

Acordos multilaterais sobre o meio ambiente, a saúde e o desenvolvimento

28. A maioria dos acordos mundiais sobre o meio ambiente (como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climática e o Acordo de Paris, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio) e os acordos regionais sobre o meio ambiente (como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância) citam a saúde como uma questão de grande interesse. Contudo, os conhecimentos técnicos em saúde e as respectivas questões nem sempre estão bem representados nos seus mecanismos de implementação. O envolvimento mais forte do sector da saúde promoveria sinergias, minimizaria as consequências negativas imprevistas e optimizaria as compensações necessárias entre os objectivos ambientais, económicos e de saúde. Da mesma forma, garantir que os instrumentos internacionais de saúde, como o Regulamento Sanitário Internacional (2005) tratem integralmente dos riscos ambientais aumentaria, em especial, as capacidades para lidar com as emergências ambientais. Essa integração transversal promoveria a abordagem holística articulada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Plataformas para os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

29. A Agenda 2030 levou à formação de fóruns políticos de alto nível que estão fortalecendo os meios para implementar e acompanhar os compromissos assumidos. Muitos dos Objectivos favorecem inteiramente as acções a serem tomadas para criar ambientes saudáveis e estão alinhados com elas. Portanto, esses fóruns constituem plataformas essenciais para desencadear avanços e, assim, actuar sobre as causas ambientais a montante das doenças e promover a igualdade na saúde. Os principais objectivos para a saúde, o meio ambiente e as alterações climáticas, além do Objectivo 3 sobre a boa saúde e o bem-estar, são o Objectivo 6 (água potável e saneamento), o Objectivo 7 (energia limpa e acessível), o Objectivo 8 (trabalho

decente e crescimento económico), o Objectivo 11 (cidades e comunidades sustentáveis), o Objectivo 12 (produção e consumo responsáveis) e o Objectivo 13 (acções sobre o clima).

Evidências e plataformas de monitorização

30. Um número limitado de países tem órgãos consultivos com mandato e capacidade para definir agendas nacionais de investigação, gerar sínteses das evidências disponíveis, acompanhar os avanços nacionais nas áreas da saúde e meio ambiente, e transmitir essas informações directamente às autoridades. No nível internacional, essa função é cumprida através do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas, que se ocupa, inclusive, da cobertura das implicações das alterações climáticas para a saúde, mas uma função semelhante não existe em toda a gama de desafios ambientais. A ampliação da cobertura em termos do número de países com esses mecanismos e a abordagem de uma gama mais variada de riscos ambientais, seja individualmente ou em conjunto, promoveria em grande medida a formulação de políticas baseadas em evidências. Todos esses esforços devem estar alinhados e contribuir directamente para a monitorização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável aos níveis nacional e internacional.

O papel e a liderança da OMS na saúde mundial

31. Três prioridades e objectivos estratégicos vão nortear a contribuição da OMS para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

- i) *Promover populações mais saudáveis.* Entre as condições para termos populações mais saudáveis figuram: cidades mais saudáveis; abastecimento de água potável, saneamento e higiene sustentáveis; soluções de transporte saudáveis; políticas de energia limpa; alimentos sustentáveis e agricultura sustentável.
- ii) *Abordar as emergências de saúde.* O aumento da resiliência do sector da saúde e das comunidades às alterações climáticas, a redução da vulnerabilidade e a melhoria da prontidão, vigilância e resposta a emergências de saúde prevenirão e reduzirão os impactos das emergências ambientais sobre a saúde.
- iii) *Promover a cobertura universal de saúde.* Serviços, conhecimentos e capacidades essenciais na área da saúde ambiental precisam ser uma parte integrante da cobertura universal de saúde.

32. A OMS contribuirá para a agenda sobre saúde, meio ambiente e alterações climáticas por meio das suas seis funções centrais.¹ Essas funções podem ser agrupadas em: a) liderança e políticas; b) síntese de evidências e advocacia, abrangendo a função normativa da Organização, o

¹ Exercer liderança em questões cruciais para a saúde e participar de parcerias em que a acção conjunta é necessária; definir a agenda de investigação e estimular a geração, tradução e divulgação de conhecimentos valiosos; estabelecer normas e padrões e promover e monitorizar a sua implementação; articular opções de política éticas e baseadas em evidências; prestar apoio técnico, catalisar a mudança e desenvolver a capacidade institucional sustentável; e monitorar a situação e avaliar as tendências da saúde.

desenvolvimento de ferramentas, monitorização da implementação e a formulação da agenda de investigação que apoiará os bens públicos para a saúde e c) a prestação de apoio directo aos países (Figura 2).

Figura 2. Panorâmica do papel e liderança da OMS na saúde, meio ambiente e mudança climática

Impacto

Todas as pessoas alcançam o nível mais elevado possível de saúde ao reduzir-se de forma substancial a carga ambiental de doenças e abordar-se as alterações climáticas e outras ameaças emergentes de natureza ambiental à saúde .

Resultados

Os mecanismos de governação e a capacidade do sector da saúde são reforçados com vista à acção intersectorial e a abordagem Saúde em Todas as Políticas	Normas, padrões e instrumentos jurídicos estão em vigor e são aplicados para proteger a saúde das pessoas por meio da prevenção primária	As políticas são implementadas e adaptadas regularmente por meio de monitorização, soluções apoiadas em evidências e estudos coordenados.	As populações em situações de vulnerabilidade estão protegidas dos riscos ambientais e das alterações climáticas de forma equitativa, inclusive durante emergências
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Produtos

Os mecanismos adequados de governação foram apoiados e foi fornecida liderança em termos de políticas, estratégias e planos	São elaboradas e divulgadas normas baseadas em evidências e informações e a mudança é monitorizada	Os agentes relevantes são plenamente informados sobre os riscos e envolvidos nas soluções, e têm acesso a ferramentas e cooperação técnica pertinentes	Os produtos e a implementação multiplicam-se através da comunicação eficaz e de parcerias estratégicas
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------

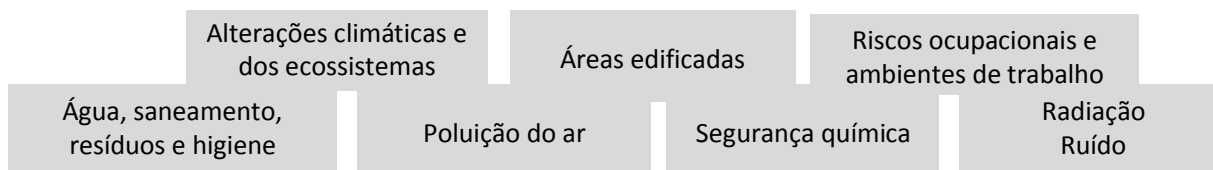
Principais actividades

<i>Liderança e políticas</i>	<i>Síntese de evidências e advocacia</i>	<i>Apoio directo aos países</i>
Exercer liderança em saúde, meio ambiente e alterações climática	Definir a agenda de investigação	Catalisar a acção, influenciar as escolhas sectoriais e fornecer plataformas para as principais partes interessadas
Apoiar os mecanismos de governação para a acção integrada e intersectorial	Identificar, avaliar e responder ao surgimento de ameaças ambientais à saúde	Desenvolver a capacidade das instituições nacionais e de outros parceiros de implementação
Estabelecer alianças para promover as agendas mundiais	Sintetizar a base de evidências para elaborar e actualizar normas e directrizes sobre as intervenções	Prestar assistência na implementação de normas e soluções
Envolver-se no diálogo sobre políticas intersectoriais em cooperação com os parceiros	Fornecer ferramentas para estimar os custos e benefícios da acção na forma de políticas	Implementar iniciativas especiais para as populações vulneráveis
Promover a elaboração e implementação de instrumentos jurídicos	Monitorar os riscos, os impactos e a implementação de soluções referentes à saúde e comunicar o progresso para adaptar as estratégias	Apoiar a expansão da cobertura universal de saúde por meio dos serviços essenciais de saúde ambiental
Oferecer plataformas para fóruns mundiais e regionais de alto nível	Aumentar a comunicação para consciencializar sobre os impactos na saúde, os custos para a sociedade e as soluções	Oferecer resposta na saúde ambiental e ocupacional em emergências
		Formar parcerias estratégicas no nível dos países para multiplicar os efeitos

Principais plataformas para implementação

Plataformas para políticas multilaterais, regionais e mundiais	Parcerias para movimentos sociais	Evidências e plataformas de monitorização	Apoio ao sector de saúde	Contextos como cidades, locais de trabalho,	Plataformas para emergências
----------------------------------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------------	------------------------------

Áreas de intervenção



33. Embora as funções centrais da OMS continuem a constituir a base do seu trabalho, precisam ser feitas mudanças importantes para responder à evolução dos requisitos. O principal foco do trabalho na área de saúde, meio ambiente e alterações climáticas recai na promoção de populações mais saudáveis.

Promover populações mais saudáveis.

Exercer liderança

- a) **Exercer liderança** para nortear as **transições para energias saudáveis** e as soluções de **transporte** e **desenho urbanístico saudáveis**, além de outras transformações contínuas, ao combinar a orientação baseada em evidências da OMS e o aumento da advocacia. Promover o apoio político de alto nível nas interações com os Estados-Membros e a sociedade civil.
- b) **Coordenar os processos de política regional**, fornecendo ou ampliando as **plataformas** regionais de governação do meio ambiente e da saúde, reunindo os principais sectores e partes interessadas.
- c) **Estimular a governação urbana** para desenvolver **cidades saudáveis** e **sustentáveis**.
- d) **Garantir que a “voz da saúde” seja ouvida** e assegurar que a saúde seja posicionada no cerne dos **instrumentos**, como a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio e o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.

Síntese de evidências e advocacia para desenvolver bens públicos mundiais

- e) **Assegurar a geração de conhecimento** ao catalisar e coordenar a expansão da base de evidências sobre **soluções eficientes**, a investigação voltada para a **pertinência das políticas** e para as ameaças ambientais **emergentes** para a saúde. As informações baseadas em evidências sobre os impactos das políticas serão fundamentais para apoiar a acção intersectorial e fornecer argumentos convincentes para a obtenção de benefícios conexos. O conhecimento gerado será então sintetizado na forma de orientação normativa para manter os bens públicos para a saúde, como a água potável e o ar puro.
- f) **Monitorizar a evolução** dos **riscos para a saúde** e a **implementação de soluções** em termos da taxa de implementação, impactos, custos financeiros e com boa relação custo-eficácia. É necessário uma monitorização contínua para realinhar as prioridades e as estratégias de implementação nos países. A OMS continuará a expandir seu trabalho no sentido de reunir parceiros para desenvolver **plataformas de dados** que integrem a diversidade necessária de dados para monitorar os progressos. A OMS também está a apresentar relatórios sobre diversos indicadores da saúde e do meio ambiente (no âmbito dos Objectivos 3, 6, 7 e 11).

Reforçar o impacto directo da OMS nos países

- g) **Catalisar as acções para os ambientes mais seguros e influenciar as escolhas sectoriais**, por exemplo, ao participar no diálogo sobre políticas, oferecer **orientação** sobre políticas saudáveis e mecanismos de governação, prestar **assistência** na implementação de normas e padrões e fazer **monitorização**. O tipo de envolvimento multisectorial e do sector da saúde será adaptado às necessidades dos países e a sua incidência poderá variar entre acções a montante (acções relacionadas a políticas, estratégicas) e acções a jusante (como a cooperação técnica).
- h) **Reforçar a capacidade do sector da saúde** para cumprir as suas funções cada vez mais essenciais de gestão, **liderança** e **coordenação** em questões de saúde com alcance intersectorial. Prestar apoio para tornar o sector da saúde mais ecológico, ou seja, dar o exemplo a fim de limitar os impactos do sector na saúde, no meio ambiente e nas alterações climáticas.
- i) **Oferecer plataformas para as principais partes interessadas** na definição de escolhas saudáveis relacionadas com o meio ambiente e as alterações climáticas. Fornecer dados, informações e material de apoio à **sociedade civil** para ajudar no seu **envolvimento** em questões relativas a escolhas saudáveis em políticas de interesse. **Apoiar os presidentes de câmara** e outros agentes fundamentais ao nível local na construção de ambientes favoráveis à saúde, fornecendo ferramentas e informações sobre escolhas saudáveis.
- j) **Desenvolver iniciativas especiais para as populações em situações de vulnerabilidade**. Prestar apoio reforçado às **populações em situações de vulnerabilidade** (como crianças, trabalhadores da economia informal, populações que vivem em situações de emergência, comunidades pobres, populações de pequenos estados insulares em desenvolvimento e populações de outros contextos geográficos vulneráveis), fortalecendo a resiliência dos sistemas de saúde aos riscos climáticos e promovendo medidas para mitigar as alterações climática em todo o mundo, a fim de garantir o futuro das populações mais vulneráveis a longo prazo.
- k) **Fornecer uma resposta de emergência**. Apoiar os países no desenvolvimento de sistemas para **aumentar a preparação** para as catástrofes e as emergências ambientais, disponibilizar orientação normativa e técnica, e reforçar as redes mundiais e regionais de especialistas para prestar **apoio aos países na resposta** a emergências ambientais. A resposta a emergências de saúde ambiental e a prestação de serviços de saúde ambiental são outras actividades importantes nos países.

Abordar as emergências de saúde ambiental

- 34. Os conflitos provocados pelo homem, os incidentes tecnológicos e as catástrofes naturais prejudicam a vida e a saúde das pessoas em todo o mundo, e é provável que as alterações climáticas e a migração forçada intensifiquem ainda mais essas situações de emergência. O número de pessoas deslocadas que fogem de emergências está a aumentar, com os maiores efeitos a serem sentidos em países com as piores condições de saúde ambiental e com a menor capacidade de resposta a emergências de saúde ambiental.
- 35. Uma abordagem sistemática para responder tanto às emergências ambientais, como o derramamento de uma substância química ou de origem nuclear, e os aspectos de saúde ambiental de todos os tipos de emergências exige que o Secretariado trabalhe com todos os países para investir na avaliação da vulnerabilidade e dos riscos, bem como no planeamento da

preparação, resposta e recuperação. O Regulamento Sanitário Internacional (2005) constitui um mecanismo prontamente disponível para desenvolver as capacidades nacionais e regionais nas competências básicas pertinentes à detecção, preparação e resposta no caso de eventos químicos, zoonóticos e nucleares.

36. Os objectivos da gestão da saúde ambiental em emergências são os seguintes:

- i) Identificar, avaliar e mapear os riscos e as vulnerabilidades ambientais e ocupacionais nos países susceptíveis a crises.
- ii) Melhorar as capacidades de preparação para os aspectos da saúde ambiental e ocupacional das emergências e administrá-los com eficácia.
- iii) Garantir que as unidades de saúde tenham acesso a serviços básicos de saúde ambiental, como água, saneamento e higiene, e disponham de sistemas para gerir a saúde e a segurança ocupacionais.
- iv) Proteger a saúde das pessoas contra os riscos ambientais ao longo de todas as fases do ciclo de gestão da catástrofe ou emergência.

37. As acções prioritárias sugeridas para a gestão da saúde ambiental em situações de emergência estão descritas na tabela abaixo.

Tabela. Acções prioritárias sugeridas para a gestão da saúde ambiental em situações de emergência

Resposta estratégica	Acção por parte dos países	Acção por parte do Secretariado
Desenvolver as capacidades do sector da saúde para gerir os serviços de saúde ambiental e ocupacional ao longo do ciclo de vida das emergências	Desenvolver perfis de emergência de saúde ambiental e criar ou actualizar planos de saúde ambiental para situações de emergência Operacionalizar políticas, programas e sistemas de gestão pertinentes aos serviços de saúde ambiental nas unidades de saúde, abrangendo a avaliação, a prestação e o restabelecimento dos serviços Incorporar a protecção da saúde e segurança ocupacionais aos planos nacionais de segurança da saúde	Desenvolver sistemas de previsão, alerta e preparação para catástrofes ambientais e emergências antropogénicas. Criar uma rede mundial e regional de especialistas qualificados em saúde ambiental e ocupacional e em saúde pública que possam ser mobilizados e destacados em tempo útil para prestar apoio aos países necessitados Desenvolver as capacidades dos países para proteger a saúde e a segurança ocupacional em emergências de saúde pública
Prestar serviços de saúde ambiental adequados em unidades de saúde durante emergências	Fortalecer a capacidade do sector da saúde para formular e operacionalizar políticas, programas e sistemas de gestão pertinentes aos serviços de saúde ambiental e ocupacional em unidades de saúde, campos de refugiados e outras áreas que abriguem deslocados internos	Fornecer orientação normativa e técnica
Desenvolver as capacidades nacionais para responder a eventos químicos e nucleares para a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005)	Fortalecer as capacidades nacionais de resposta a eventos químicos e nucleares. Potencializar o desenvolvimento das capacidades previstas no Regulamento Sanitário Internacional (2005)	Fornecer orientação normativa e técnica Fortalecer as redes temáticas mundiais e regionais de especialistas para prestar apoio aos países no monitoramento e resposta a eventos químicos e nucleares.

Promover a cobertura universal de saúde através da prestação de serviços de saúde ambiental

38. Uma das prioridades estratégicas da OMS é prestar apoio aos países para que avancem no sentido da consecução da cobertura universal de saúde. Isso implica assegurar que todas as pessoas tenham acesso e possam usar serviços de prevenção e promoção da saúde adequados às suas necessidades, sem submeter o utente a dificuldades financeiras. Os serviços ambientais essenciais com o objectivo principal de melhorar a saúde são parte integrante da cobertura universal de saúde. Entre esses serviços, destacam-se, por exemplo, o abastecimento de água potável de qualidade segura, serviços de saneamento geridos com segurança, energia e tecnologias limpas, e a protecção da força de trabalho, tanto nas unidades de saúde como nas comunidades.
39. Os serviços essenciais de saúde serão fundamentais para reduzir os surtos de doenças infecciosas (resultando, por exemplo, na redução do número de pessoas com doenças diarreicas, após a melhoria dos serviços de água e saneamento) e com doenças não transmissíveis (por exemplo, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crónicas por meio do uso de energia e tecnologias limpas nas habitações).
40. Os objectivos a serem alcançadas através da abordagem transformativa estão destacados no Quadro 1.

Quadro 1. Objectivos a serem alcançados pela abordagem transformativa

Para melhorar de forma sustentável a vida e o bem-estar através de ambientes saudáveis

1. **Pessoas.** As pessoas vivem vidas mais longas e saudáveis graças à redução das doenças relacionadas com o meio ambiente. As pessoas estão cientes das exposições ambientais que prejudicam suas vidas e dos benefícios de fazerem escolhas mais sustentáveis e fazerem com que sua voz seja ouvida pelas autoridades. Em última análise, isto **leva a uma melhoria da saúde e do bem-estar**.
2. **Cobertura universal de saúde.** As pessoas beneficiam de medidas de **prevenção primária**, como serviços de saúde ambiental e ocupacional essenciais e promoção da saúde, como parte integrante da cobertura universal de saúde.
3. **Poluição do ar.** Os países e as principais cidades definiram **metas de qualidade do ar** baseadas na saúde e implementaram políticas para alcançar essas metas ao **envolver os sectores pertinentes**. **Combustíveis** poluentes e **tecnologias** ineficientes deixaram de ser usados. As emissões foram reduzidas consideravelmente.
4. **Alterações climáticas.** Os sistemas de saúde e as comunidades em todo o mundo são **resilientes** à variabilidade e às alterações do clima. As emissões de carbono estão dentro das metas do **Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas**. Estão a ser criados **Sistemas de energia** mais limpos e os **sistemas de transporte público** eficientes promovem a **circulação activa**.
5. **Água, saneamento e higiene.** Todos os países integraram os pilares dos **planos de segurança da água e saneamento** nas suas estratégias e incorporaram a higiene adequada. Existem barreiras sanitárias e de águas residuais para **combater a resistência antimicrobiana**.
6. **Segurança química.** Os **impactos na saúde** decorrentes da exposição a produtos químicos são reduzidos, pois os impactos desses produtos e suas misturas são **melhor conhecidos**, o uso de produtos químicos é bem regulado, e as instituições nacionais têm a **capacidade** para lidar com ameaças químicas, como incidentes e **emergências**, e estão envolvidas em **atividades de gestão** de produtos químicos.
7. **Segurança da radiação.** Os impactos sobre a saúde causados pela **radiação ultravioleta** estão **diminuindo** com o aumento da consciencialização dos riscos e da protecção individual. As exposições desnecessárias decorrentes das **técnicas de imagiologia médica** estão eliminadas. Os casos de cancro do pulmão em resultado da exposição ao **radão** foram reduzidos graças a medidas preventivas eficientes. A gestão e resposta são adequadas quando ocorrem **incidentes nucleares**.
8. **Ambientes da saúde.** Todas as unidades e serviços de saúde são sustentáveis do ponto de vista ambiental: usam **serviços de água e saneamento geridos com segurança** e energia limpa; gerem de forma sustentável seus resíduos e compram bens de forma sustentável; são **resilientes** a eventos climáticos extremos e estão aptos a proteger a saúde e a segurança da **força de trabalho da saúde**.
9. **Locais de trabalho.** Todos os locais de trabalho contam com sistemas para a gestão da **saúde e segurança ocupacionais** e para a **promoção** da saúde no trabalho. Todos os trabalhadores têm acesso a intervenções essenciais para a prevenção e controlo de doenças e traumatismos ocupacionais e relacionados ao trabalho.
10. **Contexto mundial e regional.** Existem acordos e políticas internacionais que lidam de forma eficiente com os **factores mundiais e regionais que afectam a saúde**, como o clima e as mudanças nos ecossistemas.
11. **Emergências.** Todos os países dispõem de capacidade para **gerir os serviços de saúde ambiental** de forma eficaz durante as emergências. Os países têm capacidade para **responder** a eventos químicos e nucleares e para **proteger** a saúde e a segurança ocupacionais dos profissionais dos serviços de emergência.
12. **Governança.** Os governos nacionais e locais (por exemplo, das cidades) têm mecanismos que facilitam a **cooperação intersectorial**, integram a **saúde em todas as políticas pertinentes** e asseguram o cumprimento das suas obrigações de proporcionar ambientes seguros aos seus cidadãos.

41. Estão disponíveis informações mais detalhadas sobre os documentos e actividades de apoio nas áreas prioritárias de intervenção da Secretaria.¹

Medir os progressos para a consecução dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável

42. As principais metas que medem os progressos, alinhadas com o programa geral de trabalho da OMS,² estão enumeradas abaixo.

No âmbito do Objectivo 3

- Reduzir em 5% a taxa de mortalidade associada à poluição do ar.

No âmbito do Objectivo 6

- Proporcionar acesso a serviços de água potável geridos com segurança a mil milhões de pessoas.
- Proporcionar acesso a serviços de saneamento geridos com segurança a 800 milhões de pessoas.
- Reduzir em 40% a 50% o número de pessoas, em países de baixos e médios rendimentos, atendidas em hospitais sem fornecimento estável de energia eléctrica e serviços básicos de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito do Objectivo 13

- Duplicar os recursos do financiamento climático para protecção da saúde em países de baixos e médios rendimentos.
- Reduzir em 10% a mortalidade por doenças sensíveis ao clima.

43. Estão a ser monitorizados indicadores adicionais e mais pormenorizados dentro de cada uma das áreas da saúde ambiental. Os principais Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e indicadores relacionados com saúde estão enumerados no Quadro 2.

¹ Ver <http://www.who.int/media/embargo/en/> (consultado em 3 de Julho de 2018).

² Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho, 2019-2023 inicialmente.

Quadro 2. Principais Objectivos do Desenvolvimento Sustentável e os seus indicadores ligados à saúde e ao meio ambiente^a

Objectivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

- 3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar nos domicílios e no meio ambiente
- 3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída a água insalubre, saneamento inadequado e falta de higiene (exposição a serviços de água, saneamento e higiene inadequados para todos (WASH))
- 3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

- 6.1.1 Percentagem da população que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura
- 6.2.1 Percentagem da população que utiliza serviços de saneamento geridos de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão
- 6.3.1 Percentagem de águas residuais tratadas de forma segura
- 6.a.1 Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa
- 6.b.1 Percentagem das unidades administrativas locais com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

Objectivo 7. Assegurar a todos o acesso fiável, sustentável moderno e a preço acessível à energia

- 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpos

Objectivo 8. Promover o crescimento económico continuado, abrangente e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

- 8.8.1 Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e situação de migração

Objectivo 9. Construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização abrangente e sustentável e fomentar a inovação

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos abrangentes, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.6.2 Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)

Objectivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objectivo 13. Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

Objectivo 17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Problemas sistémicos: coerência política e institucional

- 17.14.1 Número de países com mecanismos para reforçar a coerência das políticas de desenvolvimento sustentável

^a Os indicadores a cinza são aqueles pelos os quais a OMS é a agência responsável. Note-se que esta lista não é exaustiva: muitos outros Objectivos e respectivos indicadores estão ligados à saúde.

MEDIDAS A TOMAR PELO COMITÉ REGIONAL

44. O Comité Regional examinou e fez recomendações sobre o projecto da estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e as alterações climáticas e fazer suas observações. Estas enriquecerão o texto do documento a ser submetido à apreciação do Conselho Executivo na sua 144.ª sessão, em Janeiro de 2019.

= = =